MAIS MUDANÇAS, MAIS FUTURO

PROGRAMA
DE GOVERNO
DILMA ROUSSEFF
- 2014 -

★

MAIS MUDANÇAS, MAIS FUTURO

PROGRAMA

DE GOVERNO

DILMA ROUSSEFF

- 2014 -

PROGRAMA DE GOVERNO

★

MAIS MUDANÇAS, MAIS FUTURO

Essas são as linhas gerais do Programa de Governo que a candidata Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores (PT) propõem para debate, num processo de ampla consulta aos movimentos sociais e aos partidos aliados. Um trabalho que será aprofundado por meio de grupos temáticos.

OS 12 ANOS QUE TRANSFORMARAM O BRASIL

Pouco mais de uma década de profundas transformações econômicas e sociais tornaram o **BRASIL MAIS JUSTO.** Ao longo de três gestões comprometidas com a garantia do direito de cidadania a todos, houve um salto inegável de melhoria nas condições de vida da população. Nenhum país conseguiu, em tão pouco tempo, tirar um contingente tão grande de pessoas da miséria.

Um período tão continuado de políticas distributivistas produziu algo inédito: milhões de jovens cresceram em melhores condições que seus pais, tiveram acesso à educação e à saúde como nenhum de seus antepassados, vivem um período prolongado de contínua ascensão social e construíram uma imensa confiança no futuro.

Em apenas 12 anos, o PT e os partidos aliados fizeram uma revolução social pacífica, **O MAIS AMPLO E VIGOROSO PROCESSO DE MUDANÇA DA HISTÓRIA DO PAÍS.**

Depois dessas grandes transformações, é preciso inaugurar **UM NOVO CICLO DE MUDANÇAS,** para superar problemas estruturais e seculares que ainda impedem o desenvolvimento pleno de um país mais justo e para garantir que não ocorrerão retrocessos nas importantes conquistas obtidas nos últimos 12 anos.

Este novo ciclo estará assentado nos dois pilares básicos do nosso modelo – a solidez econômica

e a amplitude das políticas sociais – e na estruturação de um novo pilar: a competitividade produtiva.

A **COMPETITIVIDADE PRODUTIVA** será atingida por meio dos investimentos em produção e consumo de massa, investimentos em infraestrutura social e econômica, na construção de um Brasil sem Burocracia e nas áreas de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, construindo uma **SOCIEDADE DO CONHECIMENTO.**

Esse novo pilar trará avanços ainda maiores na melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos, na desburocratização de nosso País, na ampliação e efetivação do crédito, na melhoria da qualidade do emprego, no estímulo continuado ao empreendedorismo, no desenvolvimento tecnológico e no aumento da produtividade da nossa economia.

O crescimento do emprego, a ampliação e qualificação do mercado interno e a expansão das exportações põem no centro da política econômica a questão da **PRODUTIVIDADE.** Seu incremento se dará pela modernização do parque industrial brasileiro, pela melhoria no ambiente de negócios e pela maior capacitação de nossas empresas e qualificação de nossa mão de obra.

Fincando raízes na defesa intransigente da solidez macroeconômica, na continuidade e no fortalecimento das políticas sociais, e na busca permanente do crescimento econômico inclusivo e sustentável, promovendo a competitividade produtiva e assumindo a garantia de acesso à educação de qualidade como grande motor da transformação, o novo ciclo histórico que propomos ao Brasil passa pelas reformas *política, federativa, urbana* e dos *serviços públicos*.

★

GRANDES MUDANÇAS, O PONTO DE PARTIDA PARA MAIS TRANSFORMAÇÕES

Nas três primeiras gestões petistas, os governantes, junto com os partidos aliados, tomaram a **DECISÃO POLÍTICA DE RECONHECER DIREITOS QUE ATÉ ENTÃO ERAM SUBTRAÍDOS DA IMENSA MAIORIA DA POPULAÇÃO:** morar, comer, estudar, ter acesso a serviços de saúde, ao saneamento básico, à casa própria, ao emprego e a um patamar mínimo de renda para ter uma vida digna.

Ao mudar as condições de vida desse enorme contingente de pessoas, trouxe-os à esfera pública, conscientes de seus direitos. São eles que ingressam no mercado de trabalho mais instruídos que a mão de obra anterior; que conseguem chegar à faculdade como os primeiros dentro de seus núcleos familiares; que pressionam o poder público com demandas por mais serviços e de melhor qualidade.

Doze anos de governos comprometidos com o desenvolvimento, com a geração de oportunidades e com a garantia de direitos colocaram o **DEBATE SOBRE O FUTURO DO BRASIL EM OUTROS TERMOS.** A discussão hoje é outra porque a tarefa de **COMBATER A EXTREMA POBREZA, QUE REMONTA À CRIAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO, FOI SUPERADA** em pouco mais de uma década de governos integralmente comprometidos com o objetivo de mudar a realidade social do país.

Para os cidadãos brasileiros, o necessário para o futuro mudou porque **O PATAMAR DE EXIGÊNCIAS**

PASSOU A SER OUTRO: não querem mais o mínimo necessário para viver, mas o máximo possível para que mantenham o seu poder de consumo e possam acenar para seus filhos com vidas melhores que as deles. Deixamos para trás a estagnação econômica, a falta de esperança e de perspectivas que contaminavam o Brasil e os brasileiros quando o PT e os partidos aliados chegaram ao poder, em 2003.

A profissão de fé do PT em um novo modelo de desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável mostrou-se o caminho para construir um país melhor e muito menos desigual do que o oferecido ao Brasil antes de 2002. **UM MODELO SUSTENTÁVEL DE DESENVOLVIMENTO,** baseado no aumento de investimentos na economia, em inflação baixa, numa radical redução da pobreza, em redistribuição de renda e no fortalecimento do consumo de massa.

Em 2010, quando a presidenta Dilma se apresentou como candidata de continuidade do governo Lula, esse modelo estava solidamente estruturado por oito anos de radicais mudanças no modo anterior de gerir a economia e a vida dos brasileiros. O PT e seus aliados haviam provado sobejamente que o programa de desenvolvimento proposto à sociedade oito anos antes era o que tinha condições de proporcionar uma mudança histórica na estrutura social e econômica de um país marcado pela pobreza. Recusamos, nestes 12 anos, o pensamento único que anunciava a inevitabilidade da sociedade dual, onde crescimento rimava com desigualdade. De forma inédita, conseguimos associar crescimento econômico e redução da desigualdade, aumento do salário mínimo e elevação das taxas de emprego, expansão das políticas sociais universais com maior inclusão dos setores mais pobres e vulneráveis da população. As políticas econômica e social ampliaram sua articulação. O dinamismo da economia e a melhoria das contas públicas no período permitiram a expansão do gasto social e a ampliação do seu

impacto distributivo, social e regional. Nesta trajetória, o incremento do emprego e da renda do trabalho foi acompanhado pela ampliação da rede de proteção social.

A nossa política econômica foi erguida sobre dois pilares: **A SOLIDEZ DA CONDUÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA E A CRIAÇÃO E FORTALECIMENTO DE UM GRANDE MERCADO DE CONSUMO DE MASSAS.**

A política macroeconômica defendida nas campanhas eleitorais e executada nos governos do PT e dos partidos aliados é baseada na construção de condições para redução sustentável das taxas de juros; na flexibilidade da taxa de câmbio em patamares compatíveis com as condições estruturais do País; na inflação baixa e estável; no rigor da gestão fiscal; na ampliação do investimento público; no incentivo ao investimento privado e no fortalecimento das parcerias entre Estado e iniciativa privada. A esses elementos foram agregadas medidas para promover maior competitividade de nossa estrutura produtiva, como desonerações tributárias, redução dos custos de produção, crédito em condições adequadas, incentivos à inovação e os investimentos crescentes em educação. Entre as desonerações promovidas no governo Dilma, vale destacar as da cesta básica e da folha de pagamentos. Esta última beneficia 56 setores.

O Plano Brasil Maior foi o condutor da agenda de política industrial implementada no Governo Dilma, com o propósito de aumentar a capacidade competitiva da nossa indústria, particularmente em um período de grandes adversidades internacionais. Com o Brasil Maior, defendemos a produção nacional por meio de políticas de compras governamentais, fixando margens de preferência para produtos nacionais e a política de conteúdo local, em especial na área do petróleo. Adotamos medidas de estímulo ao desenvolvimento de cadeias produtivas, como o Inovar-Auto. Estimulamos o aumento de

exportações com o Reintegra. Ampliamos os recursos do BNDES para o financiamento do investimento, com o PSI/BNDES, bem como os recursos para capital de giro, com o PROGEREN. Criamos a Agência Brasileira Garantidora de Fundos. Em um cenário de normalização do crescimento e do comércio internacional esperado para os próximos anos, nossa política industrial deverá gerar inquestionáveis benefícios à indústria brasileira e à prestação de serviços e à agropecuária.

Foram adotadas também **POLÍTICAS CONSISTENTES E CONTINUADAS DE APOIO AO AGRONEGÓCIO E À AGRICULTURA FAMILIAR.** A produção de grãos saltou de 96 milhões de toneladas em 40 milhões de hectares, na safra 2001/2002, para 191 milhões de toneladas em 56 milhões de hectares, na safra 2013/2014. Tamanho aumento da capacidade de produção e da produtividade foi possível pela expansão do crédito e das políticas de apoio à produção e será ainda mais impulsionada pela conclusão de obras estratégicas de infraestrutura. Para a safra de 2014/2015, estão previstos R$ 156,1 bilhões para financiar o agronegócio. Como resultado da política de fortalecimento da agricultura familiar, com crédito, seguro safra e políticas de comercialização, a renda no campo aumentou 52%, em termos reais, nos últimos quatro anos. Para a safra 2014/2015, o crédito para agricultura familiar será de R$ 24,1 bilhões.

As iniciativas dos governos Lula e Dilma para o estímulo ao empreendedorismo e o fortalecimento das micro e pequenas empresas merecem destaque. Em 2006, o Simples Nacional foi implantado, dando consistência prática à previsão de tratamento diferenciado contida na Constituição Federal. Em 2008, foi instituído o Microempreendedor Individual (MEI), para trazer para a formalidade milhões de pequenos negócios.

O governo Dilma cuidou muito do aprimoramento dos mecanismos de apoio ao empreendedorismo. Aprimorou a legislação da pequena empresa e do microempreendedor individual, ampliando em 50%

o limite das faixas para enquadramento no Simples Nacional. No caso do MEI, houve também redução da alíquota de contribuição para o INSS para apenas 5% do salário mínimo. Com isto, hoje já são 4,16 milhões de brasileiras e brasileiros no MEI que trabalham por conta própria formalizados e protegidos pela Previdência. Outras 4,7 milhões de empresas são micro e pequenas que se beneficiam do Simples Nacional. Foi criado o CRESCER, programa de microcrédito produtivo orientado para facilitar o acesso dos pequenos empreendedores aos recursos necessários para abrir, manter e expandir seus negócios. Em menos de três anos, o CRESCER concedeu R$ 14,1 bilhões em crédito, em 9,4 milhões de operações. Deste total, um terço foi realizado por beneficiários do Bolsa Família, que buscam fortalecer seu pequeno negócio com o microcrédito.

Alcançamos metas ousadas em nossas políticas ambientais. Os excepcionais resultados logrados pelo Brasil no combate ao desmatamento ilegal na Amazônia e no Cerrado garantiram ao País o papel de **MAIOR REDUTOR DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA NO PLANETA.** Após anos de debate, conseguimos aprovar, em 2013, o **NOVO CÓDIGO FLORESTAL,** que garantiu as bases mais sustentáveis para a produção agrícola e mais segurança jurídica para os produtores. Também aprimoramos os mecanismos de licenciamento ambiental e avançamos na regulamentação do uso sustentável de nossa biodiversidade. Este é o **PRIMEIRO PILAR** do modelo desenvolvimento sustentável que mudou o Brasil.

Ao final de três mandatos, todos os indicadores econômicos do período são positivos e sempre muito melhores que os vigentes em 2002.

Em 2002, a inflação anual chegou a 12,5%. Em 2013, estava num patamar de 5,9%. A expectativa para 2014 estará dentro da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). **O CONTROLE DA**

INFLAÇÃO FOI MANTIDO, SEMPRE, COMO PRIORIDADE DE NOSSOS GOVERNOS, E ASSIM CONTINUA. Entendemos o poder devastador da inflação sobre as rendas das famílias, os salários e os lucros das empresas e por isso jamais transigiríamos ou transigiremos com um elemento da política econômica com esse potencial desorganizador da vida das pessoas e da economia.

A TAXA DE INVESTIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA, QUE ERA DE 16,4% EM 2002, PASSOU PARA 18,2% EM 2013. A taxa de desemprego assumiu a desejada trajetória de queda: em dezembro de 2002, 10,5% da população economicamente ativa estava desempregada; em abril de 2014, o desemprego havia caído para 4,9%, configurando **UMA SITUAÇÃO INÉDITA NA HISTÓRIA DO PAÍS, DE PLENO EMPREGO.**

NO SETOR EXTERNO, TODOS OS INDICADORES ATINGIRAM MARCAS HISTÓRICAS NESSE PERÍODO DE 12 ANOS. No período de doze meses encerrado em maio de 2014, o Brasil recebeu US$ 66,5 bilhões em Investimento Direto Externo (IDE), quatro vezes o montante de 2002 (US$ 16,6 bilhões). São históricos também os volumes de exportações e de reservas internacionais do período 2002-2013. As exportações, que somavam US$ 60 bilhões em 2002, atingiram US$ 242 bilhões de 2013. As reservas cambiais saltaram de US$ 37,8 bilhões em 2002 para US$ 379,8 bilhões em maio de 2014.

SOB QUALQUER ÓTICA, PORTANTO, OS INDICADORES MACROECONÔMICOS MUDARAM DE PATAMAR.

O risco de quebra do País deixou de ser uma ameaça. A dívida líquida do setor público decresceu de 60,2%, em 2002, para o patamar de 34,6% em maio de 2014. **A DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA FOI EQUACIONADA PELO ACÚMULO DE RESERVAS CAMBIAIS.** Ela representava 19,2% do PIB em 2002; em 2013, não passava de 3,1% do PIB. Não só pagamos a dívida feita junto ao FMI para salvar o Brasil da insolvência, como nos tornamos credores do Fundo, situação inédita em nossa história.

★

OS GOVERNOS LULA E DILMA SE PROPUSERAM A DAR UM CAMINHO DE DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO AO PAÍS e conseguiram isso, com crescimento econômico, sem vender patrimônio público, sem submeter o país às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), sem desconhecer direitos históricos do trabalhador e sem transferir para os mais pobres a conta das crises internacionais.

Com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e com o Programa de Investimento em Logística, **OS GOVERNOS DO PT ASSUMIRAM A HISTÓRICA TAREFA DE INVESTIR NA INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA BRASILEIRA,** fundamental para o crescimento e a competitividade de nossa economia. Investimentos públicos e parcerias com a iniciativa privada estão mudando radicalmente nossas rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, nossa capacidade de geração de energia e nossa infraestrutura urbana, com destaque para habitação, mobilidade e saneamento básico.

O Brasil dos governos do PT e de seus aliados ficará marcado como **O PERÍODO DA HISTÓRIA RECENTE COM MAIS ENTREGAS DE GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA.**

DESDE 2007, FORAM CONCEDIDOS 8.630 KM DE RODOVIAS, QUE CORRESPONDEM A 13% DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL, e foram construídos ou duplicados 6,1 mil km de rodovias. Após décadas de paralisação de investimentos em ferrovias, foram construídos 1,96 mil km de novas ferrovias e o novo modelo de concessão e operação ferroviária foi aprovado.

Para aumentar a produtividade de nossa infraestrutura portuária, **CONCLUÍMOS A DRAGAGEM DE 13 PORTOS E AMPLIAMOS BERÇOS, CAIS E MELHORAMOS ACESSOS TERRESTRES EM 9 PORTOS.** Com a nova Lei dos Portos, aprovada em 2013, ampliamos a participação do setor privado no setor portuário, por meio de arrendamentos nos portos organizados, bem como autorizações para Terminais de Uso Privado (TUP). Até o momento já foram autorizados 22 novos TUPs.

★

A CAPACIDADE INSTALADA DE NOSSOS AEROPORTOS CRESCEU 191% ENTRE 2002 E 2013, passando de 97,9 milhões para 285 milhões de passageiros por ano. Concluímos obras de ampliação de terminais de passageiros, pátios e pistas em aeroportos. Durante o governo Dilma, foram concedidos 6 grandes aeroportos nacionais - Guarulhos/SP, Campinas/SP, Brasília/DF, Galeão/RJ, Confins/MG e São Gonçalo Amarante/RN.

Entre 2003 e 2014, **RETOMAMOS A CONSTRUÇÃO DE GRANDES USINAS HIDRELÉTRICAS E FORAM ACRESCIDOS AO PARQUE GERADOR BRASILEIRO 48.866 MW, CERCA DE 60% DA CAPACIDADE INSTALADA DO PAÍS EM 2002.** O aumento médio de mais que 4 mil MW por ano é superior à construção de uma usina do porte de Jirau, no rio Madeira, a cada ano. A contribuição de fontes alternativas para o sistema integrado, como a biomassa, energia eólica e solar, cresceu de 240 MW para 3.101 MW. Criamos o Programa Nacional do biodiesel, para fortalecer a diversificação de nossa matriz energética. A partir de 2010 passou ser obrigatória a mistura de 5% do biodiesel no diesel, em 2014 já são 6% e, a partir de novembro deste ano, será 7%.

Ao mesmo tempo, a Presidenta Dilma instituiu **MEDIDAS PARA REDUZIR O CUSTO DA ENERGIA,** melhorando a competitividade da indústria brasileira e desonerando os consumidores. Foi antecipada a renovação das concessões de usinas antigas que já estavam amortizadas, proporcionando redução do custo da energia de, no mínimo, 18%.

No mesmo período, construímos **43,5 MIL KM DE LINHAS DE TRANSMISSÃO,** reforçando o Sistema Integrado Nacional, garantindo o fornecimento seguro de energia.

Na área de petróleo e gás, o resultado de maior destaque foi, sem dúvida, a **DESCOBERTA DO PRÉ-SAL.**

Em 2013, foi realizado o primeiro leilão do pré-sal, no campo de Libra, com volume de petróleo recuperável estimado entre 8 e 12 bilhões de barris. Em 2014, foi autorizada a contratação direta da Petrobras para a exploração dos campos de Búzios, entorno de Iara, Florim e Nordeste de Tupi, com volume de petróleo recuperável estimado entre 10 a 15 bilhões de barris. Somente nesses campos e em Libra estima-se haver um volume de petróleo equivalente a 1,5 vezes as reservas provadas no país até 2013.

A MÉDIA DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO CRESCEU 50% ENTRE 2002 E 2013. Agora, em 2014, a produção da Petrobras oriunda de petróleo do pré-sal chegou a mais de 500 mil barris/dia. Levamos 31 anos para produzir os primeiros 500 mil barris e agora, em apenas três anos, produzimos 500 mil barris de petróleo oriundos do pré-sal.

O número de plataformas de produção de petróleo em operação passou de 36 para 82 entre 2002 e 2014. Atualmente, 28 sondas para exploração do pré-sal estão contratadas para construção em estaleiros brasileiros. A infraestrutura de gasodutos cresceu de 5.417 km de extensão para 9.489 km, entre 2002 e 2014.

Foram também retomados os investimentos em novas plantas de refino com a construção da importantes refinarias.

A **INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA RECUPEROU E AMPLIOU SUA CAPACIDADE PRODUTIVA** e alcança hoje 80 mil trabalhadores, voltando a ocupar uma posição de destaque no mundo. Até 2017, deverá ocupar 100 mil trabalhadores. Essa recuperação é fruto das grandes encomendas da PETROBRAS com exigência de conteúdo nacional, e da disponibilidade de financiamento pelo Fundo de Marinha Mercante, que cresceu 784%, em termos reais, entre 2002 e 2013.

★

O programa **MINHA CASA, MINHA VIDA,** em suas duas fases, já contratou 3,45 milhões de casas, 1,7 milhão das quais já foi entregue, o que corresponde a mais de 6 milhões de brasileiros vivendo em sua casa própria, o equivalente à população da cidade do Rio de Janeiro, a segunda maior do país.

O sistema de financiamento habitacional, por meio do SBPE-Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, financiou **529,8 MIL MORADIAS** em 2013, 18 vezes mais do que em 2002, quando foram financiadas 28,9 mil moradias.

Para melhorar as condições de transporte urbano da população nas grandes cidades, principalmente para reduzir o tempo que se gasta nos deslocamentos diários para o trabalho ou para o estudo, o Governo Federal garantiu **R$ 143 BILHÕES EM INVESTIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA** para Estados e municípios. Com esses recursos, importantes obras estão sendo realizadas e planejadas em todas as regiões brasileiras. São mais **651 KM DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS** (metrô, Monotrilho, VLT, Trem Urbano e aeromóvel), **3.188 KM DE TRANSPORTES SOB PNEUS** (BRT e corredores) e **21 KM DE TRANSPORTE FLUVIAL URBANO.**

Para enfrentar o déficit de saneamento básico, desde 2007, foram selecionados pelo Governo Federal R$ 74 bilhões em obras. **OS DESEMBOLSOS ANUAIS EM SANEAMENTO CRESCERAM MAIS DE 10 VEZES EM TERMOS REAIS,** passando de R$ 998 milhões em 2002 para R$ 10,3 bilhões em 2013. Embora grande parte das obras ainda esteja em execução pelos municípios e Estados, o índice de tratamento de esgoto cresceu 19% no país.

Os investimentos em segurança hídrica ganharam escala inédita nos últimos três anos. São mais de R$ 32 bilhões em obras para garantir oferta de água em quantidade e qualidade para populações que

vivem no semiárido e outras regiões com escassez de água. A principal obra em execução é a Integração do Rio São Francisco, maior obra hídrica do Brasil, com 469 km, que se estende pelos Estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco. A ela se somam, em todo o Nordeste, obras estruturantes, que vão mudar o perfil da oferta de água: o Eixão das Águas e o Cinturão das Águas no Ceará; as Adutoras de Piaus e Bocaina, no Piauí; a Adutora do Alto Oeste e Seridó, no Rio Grande do Norte; o canal da Vertente Litorânea, na Paraíba; o Ramal do Agreste e as Adutoras do Agreste e do Pajeú, em Pernambuco; o Canal do Sertão Alagoano, em Alagoas; a Adutora do S. Francisco, em Sergipe; a Adutora do Algodão e a do Feijão, na Bahia. Para democratizar o acesso à água, já foram entregues, no Nordeste, 937 mil cisternas, das quais 607 mil somente no governo da Presidenta Dilma. Até o final de 2014, chegaremos a 1,080 milhão cisternas instaladas por todo o Nordeste.

Vale destacar que, embora o Brasil tenha vivido, nos últimos três anos, a maior seca das últimas décadas, graças à intensa ação do governo Dilma não houve o drama dos retirantes famintos e sem rumo que nos afligia no passado. Não houve saques motivados pelo desespero da falta de comida; a mortalidade infantil não aumentou. Foi montada a maior operação de oferta de água por carros-pipa da história, sob a coordenação do Exército, mobilizando mais de seis mil pipeiros contratados pelo Governo Federal. Foram implantados 207 sistemas simplificados de abastecimento de água e 95 poços nos Estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais e Pernambuco e Sergipe.

Para garantir renda às famílias de agricultores, pagamos o Bolsa Estiagem para cerca de um milhão de famílias, e o Garantia Safra para outros 870 mil. Foram vendidas 930 mil toneladas de milho a preço subsidiado para auxiliar na alimentação dos animais. Para apoiar a continuidade dos pequenos negócios,

foram feitas 511 mil operações por uma linha de crédito emergencial, mobilizando 3,45 bilhões de reais.

Todos os investimentos descritos até aqui têm sido essenciais para ampliar a eficiência e a competitividade da economia, para estimular o crescimento, para gerar emprego e melhorar a vida dos cidadãos em todo o país. Investir para proporcionar mais e melhor infraestrutura produtiva e social tornou-se fator de dinamização econômica, assim como as políticas de inclusão social e redistribuição de renda.

O **SEGUNDO PILAR DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO** dos governos do PT e de seus aliados foi a implantação de **UMA REDE DE POLÍTICAS DE PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL** que tornaram o Brasil um país verdadeiramente de 200 milhões de cidadãos. Em três mandatos sucessivos, criamos um imenso e dinâmico mercado de consumo de massa, e obtivemos marcas históricas de geração de emprego, aumento do salário real e distribuição de renda. Em nenhuma outra situação a frase "nunca antes na historia deste país" refletiu tão fielmente a realidade dos números.

Desde 2003, **36 MILHÕES DE BRASILEIROS FORAM TIRADOS DA EXTREMA POBREZA.** Somente entre 2011 e 2013, com o Plano Brasil Sem Miséria, 22 milhões de pessoas foram resgatadas da extrema pobreza. O governo Dilma pode, portanto, garantir **A SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA NO BRASIL, SOB O CRITÉRIO DE RENDA.**

Além do enfrentamento da extrema pobreza, alcançamos, nos três governos do PT, uma extraordinária mudança no perfil da sociedade brasileira, pois **42 MILHÕES ASCENDERAM À CLASSE MÉDIA.** Antes de 2003, na base da pirâmide social estavam concentrados 54,9% dos brasileiros (classes D e E) e a classe média (C) representava 37% da população. Hoje, a maioria da população está situada no meio da pirâmide: **55% DOS BRASILEIROS ESTÃO NA CLASSE MÉDIA.** As classes D e E, somadas, hoje representam 25% dos brasileiros.

★

A decisão de dar centralidade ao combate a pobreza e a miséria, e de fazer política econômica sem suprimir direitos, fez o Brasil andar na contramão dos países desenvolvidos vitimados pela crise financeira iniciada em 2008 e que usaram os mecanismos tradicionais de política neoliberal - desemprego e redução de salário e de direitos trabalhistas - para combatê-la.

Em todo o período Lula-Dilma, até maio de 2014, o País gerou 20,4 milhões de novos empregos. Enquanto, em todo o mundo, a crise eliminou 60 milhões de empregos, de 2008 até hoje, no Brasil 11 milhões de postos de trabalho com carteira assinada foram criados. No governo Dilma, até maio de 2014, foram gerados 5,05 milhões de empregos formais. Desde 2003, a taxa de desemprego declinou até chegar a 4,9% em abril de 2014, considerada uma situação de **PLENO EMPREGO.** De 2003 até hoje, a renda do trabalhador cresceu 70% acima da inflação. Outro marco histórico dos governos do PT e de seus aliados.

No campo, 771 mil famílias tiveram acesso à terra por meio da Reforma Agrária, com acesso a crédito fundiário. Entre 2003 e 2013, 51 milhões de hectares foram incorporados pelo programa de reforma agrária.

Fizemos da inclusão social um fator de dinamização da economia brasileira e os resultados são extraordinários: mais emprego, mais renda, mais futuro para todos os brasileiros. **UM CAMINHO QUE NÃO POSSUI RETORNO E NÃO ADMITE RECOMEÇO, SOMENTE MAIS AVANÇOS, MAIS MUDANÇAS.**

No novo Brasil que estamos construindo desde 2003, a democratização do acesso à educação de qualidade tem uma dupla função. Por um lado, permite moldar uma nação democrática e soberana, fundada na disseminação do conhecimento e da cidadania, o que deve assegurar a perenidade da erradicação da miséria e da pobreza. E, por outro, permite preparar o país para o grande desafio de fundar seu crescimento na criação de tecnologia e na inovação, ou seja, privilegiando a formação educacional e científica e, portanto, a economia do conhecimento.

★

O RECONHECIMENTO DO DIREITO À CIDADANIA FOI FORTEMENTE ALICERÇADO NA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO.

Este papel central da educação foi reconhecido, nos últimos 12 anos, na ampliação do orçamento federal do setor, que passou de R$ 18 bilhões, em 2002, para R$ 112 bilhões, em 2014, um crescimento real de 223%. Foi reafirmado com a criação do FUNDEB, em 2006, aumentando o apoio concedido a Estados e municípios para que ofereçam educação de qualidade em seus territórios.

No governo Dilma, pela primeira vez, o governo federal estabeleceu uma política de construção de creches. Além disso, reduziu de sete para seis anos a obrigatoriedade do início da escolarização. A partir de 2016, a idade cairá de seis para quatro anos.

Os municípios passaram a ser apoiados no processo de expansão de vagas para a educação infantil. No governo Lula, foi contratada a construção de 2.543 creches e, no governo Dilma, até maio de 2014, mais 6.036 creches tiveram recursos autorizados pelo governo federal. Nossa tarefa é garantir a todas as nossas crianças, desde cedo, os estímulos pedagógicos e cuidados de qualidade tão necessários à sua formação.

A expansão da educação em tempo integral nas escolas públicas tornou-se prioridade para o governo federal. Antes do governo Lula, praticamente não havia apoio aos Estados e municípios para oferecer atividades pedagógicas no contraturno escolar. Ao final do governo Lula, 10 mil escolas já ofereciam educação em tempo integral. No governo Dilma já são 49 mil escolas em tempo integral.

Os governos Lula e Dilma removeram a inaceitável restrição herdada dos governos anteriores, que impedia a expansão da rede federal de escolas técnicas. Que impedia, enfim, de levar oportunidades de formação técnica e profissional a jovens de todo o país. No governo Lula, foram criadas 214 novas escolas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. No governo Dilma, foram

mais 208 escolas. Em apenas 12 anos, a rede de educação profissional federal saltou de 140 escolas em 119 municípios para 562 em 507 municípios.

A esse esforço de expansão da rede federal de escolas técnicas, somou-se o PRONATEC, o maior programa de formação profissional da história do Brasil, criado no governo Dilma. Até o final de 2014, serão 8 milhões de vagas para jovens e trabalhadores em cursos técnicos e de qualificação profissional, feito em parceria com o sistema S – SENAI, SENAC, SENAR e SENAT.

No governo Dilma, ampliou-se fortemente a oportunidade de chegar à universidade. Além de oportunidades reais de entrada na rede pública de ensino superior, o estudante também pode ter acesso, a partir do ENEM, a um caminho de oportunidades também na rede privada, seja por meio do ProUni ou do FIES. Desde 2010, foram firmados mais de 1,6 milhões de contratos de financiamento no ensino superior. A grande transformação que os governos do PT e de seus aliados vêm promovendo no ensino expressa-se, também, na duplicação do número de matrículas nas universidades brasileiras entre 2002 e 2013. Expressa-se na adoção da lei de cotas nas universidades públicas e nos 3 milhões de estudantes que tiveram oportunidade de fazer um curso superior graças ao ProUni e ao FIES. Expressa-se também nas 18 novas universidades federais e 173 campi criados nos últimos 12 anos.

Expressa-se na afirmação do ENEM como critério nacional de acesso ao ensino técnico e superior, reconhecido pelos 9,5 milhões de brasileiras e brasileiros que se inscreveram para o exame em 2014. Ou ainda no fortalecimento, a cada ano, do SISU como processo seletivo nacional para nossas universidades, baseado na nota do ENEM.

E também no Ciência sem Fronteiras, criado no governo da Presidenta Dilma, para oferecer bolsas

de estudo nas melhores universidades do exterior para os melhores estudantes brasileiros das áreas tecnológicas, de engenharia, exatas e biomédicas. Até o final de 2014, 101 mil bolsas serão concedidas.

São políticas amplas e diferenciadas, mas com um propósito único: construir um caminho de oportunidades para os jovens brasileiros. Este é o diferencial dos governos do PT, a semente da grande mudança do Brasil: os brasileiros sempre quiseram avançar, sempre se esforçaram, sempre buscaram novas oportunidades. Com os governos do PT, o Estado brasileiro assumiu a tarefa de garantir essas oportunidades para todos, em todo o País. **TORNAMOS O ESTADO BRASILEIRO PARCEIRO DE NOSSA POPULAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE UM FUTURO MAIS PROMISSOR COM BASE NO ACESSO À EDUCAÇÃO.**

A melhoria das condições de saúde do povo brasileiro, nos últimos anos, explica-se tanto pela expansão das ações e serviços garantidos pelo SUS como pelo crescimento econômico, pela implementação de políticas sociais de combate à pobreza, e pelo aumento do acesso a esgoto e água tratada durante os Governos Lula e Dilma.

O impacto sobre os indicadores de saúde no período é bastante expressivo. **O BRASIL É UM DOS PAÍSES QUE MAIS REDUZIU A MORTALIDADE INFANTIL NO MUNDO,** segundo a UNICEF.

Para garantir acesso, com qualidade, aos serviços e ações de Saúde, os governos Lula e Dilma, em parceria com Estados e municípios, implantaram importantes políticas. Com o Mais Médicos, garantimos melhoria na atenção à saúde para 50 milhões de pessoas, em 3.800 municípios. O Programa Aqui Tem Farmácia Popular atende a mais de 6,8 milhões de pessoas/mês e o SAMU atende 73% da população brasileira. Atualmente, 80 milhões de pessoas têm acesso à atenção de saúde bucal pelo Programa Brasil Sorridente. O governo federal tem apoiado os municípios na construção, ampliação e reforma

de equipamentos de saúde, como as mais de mil Unidades de Pronto Atendimento-UPA e os mais de 26 mil Postos de Saúde.

Os governos Lula e Dilma não se furtaram, um só momento, de enfrentar o desafio de garantir segurança à população brasileira. Nos últimos 12 anos, a palavra-chave das principais políticas na área de Segurança Pública tem sido a integração com os governos estaduais. O governo federal tem procurado estabelecer parcerias para fortalecer e complementar as ações estaduais, além de ter aprimorado sua atuação nas áreas de fronteira.

O Plano Estratégico de Fronteiras, em parceria com as forças estaduais de segurança, tem garantido um controle mais efetivo das nossas fronteiras. Evitamos, com o enfrentamento ao tráfico de drogas e armas, o fortalecimento do crime organizado em todo o país.

O sistema prisional brasileiro está entre as prioridades na área de segurança pública. O Programa de Apoio ao Sistema Prisional destinou, no governo Dilma, R$ 1,1 bilhão para que os Estados possam ampliar e construir unidades prisionais, gerando 47.419 novas vagas.

A Força Nacional de Segurança Pública ampliou sua ação, cumprindo papel decisivo no apoio ao combate à violência nos Estados. Desde 2011, a Força atuou em 78 operações em 22 estados, nos mais diferentes tipos de situação.

O fortalecimento das Polícias Federal e Rodoviária Federal teve sequência, com investimentos em recursos humanos e inteligência, com adoção de ferramentas de alta tecnologia. A Polícia Federal dispôs, no governo Dilma, de total autonomia para conduzir seus processos investigativos.

Os governos do PT e de seus aliados inauguraram um novo federalismo, uma nova relação entre

o governo federal, os Estados e Municípios, baseado numa relação republicana de cooperação e parceria. Num país de dimensões continentais, o fortalecimento do municipalismo foi determinante para a gestão eficiente de infraestrutura urbana e rural, principalmente em áreas de forte impacto social e na saúde pública, como saneamento, e moradia, como o Programa Minha Casa Minha Vida e o Minha Casa Minha Vida Rural. Destaca-se a distribuição a todas as prefeituras, de até 50 mil habitantes, de um kit máquinas composto por uma retroescavadeira, uma motoniveladora e um caminhão caçamba. Para os municípios do semi-árido, este kit foi acrescido de uma pá carregadeira e um caminhão pipa.

As mudanças que os governos do PT promoveram na sociedade brasileira trouxeram mais desejo de mudanças, agora em outro patamar, ainda mais elevado. **O DESEJO DE MUDAR PASSA PELA CONSOLIDAÇÃO DAS CONQUISTAS JÁ OBTIDAS, E PELA GARANTIA DE AINDA MAIS CONQUISTAS.**

UM NOVO CICLO HISTÓRICO

Construir um novo ciclo de transformações significa transpor o degrau que hoje separa o Brasil do mundo desenvolvido, isso apenas pouco mais de uma década depois de termos iniciado, e estarmos vencendo, a batalha contra a miséria e a desigualdade.

O BRASIL NÃO SERÁ SEMPRE UM PAÍS EM DESENVOLVIMENTO. SEU DESTINO É SER UM PAÍS DESENVOLVIDO.

Chegou a hora de alçarmos o Brasil à condição de país desenvolvido e justo, uma Nação em que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades: de estudar, trabalhar, de cuidar da sua saúde, ter casa para morar, condições dignas de viver nas cidades e no campo. Um país onde todas as pessoas tenham os mesmos direitos: à liberdade de informação e de opinião, à cultura, ao mercado de consumo; à dignidade, à igualdade de condições, independentemente de sua raça, credo ou cor.

É isso o que diz nossa Constituição, e é assim que deve ser uma verdadeira democracia.

QUANDO SAÍMOS DA LONGA NOITE DA DITADURA, SOUBEMOS DIZER "NUNCA MAIS"! AGORA, APÓS MAIS DE UMA DÉCADA DE GRANDES TRANSFORMAÇÕES EM NOSSO PAÍS, É HORA DE AFIRMARMOS "NUNCA MENOS"!

★

Estamos lançando **UM NOVO CICLO HISTÓRICO DE PROSPERIDADE, OPORTUNIDADES E DE MUDANÇAS.**

Um dos alicerces deste novo ciclo é o **FORTALECIMENTO DE UMA POLÍTICA MACROECONÔMICA SÓLIDA, INTRANSIGENTE NO COMBATE À INFLAÇÃO E QUE PROPORCIONE UM CRESCIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL ROBUSTO E SUSTENTÁVEL.** Crescimento econômico estimulado pelo aumento da taxa de investimento da economia e pela ampliação de um mercado doméstico sólido e dinâmico, e que ocorra sem obstáculos, graças à expansão dos investimentos em infraestrutura. Prosperidade social que seja acompanhada pela geração de oportunidades para todos, por meio dos programas de inclusão dos historicamente excluídos e da educação para elevar a formação e a qualificação científica e técnica de nosso povo.

Outro alicerce é nosso **COMPROMISSO COM O BRASIL PRODUTIVO.** As nossas políticas Industrial, Científica, Tecnológica e Agrícola vão atuar para reduzir os custos de investimento e produção, estimulando nossa capacidade de inovação, reduzindo os custos logísticos e melhorando o ambiente de negócios do país.

Incentivaremos o empreendedorismo ao reduzir drasticamente a burocracia, que impõe um alto custo para as empresas. Simplificar será uma diretriz para a relação do Estado com as empresas. Vamos informatizar, criar cadastro único e diminuir o volume de documentos e registros demandados do cidadão. Vamos construir um Estado cada vez mais eficiente, transparente e moderno.

Vamos promover novos aprimoramentos na legislação para progressivamente universalizar a cobertura do Simples Nacional e concluiremos esse processo com a implantação da REDESIM.

O empreendedorismo continuará ganhando imenso apoio no segundo mandato da Presidenta Dilma.

Haverá mais recursos para o CRESCER e novos estímulos para sua expansão no território nacional. Será incentivada a ampliação da presença de micro e pequenos empreendedores nos cursos, em especial de gestão, na segunda fase do PRONATEC. Além disso, vamos estimular cada vez mais a participação desses empreendedores nas compras públicas, fortalecendo os pequenos negócios.

Modernizaremos nosso parque industrial para assegurar o aumento da produtividade e da competitividade de nossa economia, fundamental para uma inserção ativa do Brasil no cenário externo e para a ampliação das oportunidades de negócios para as empresas brasileiras.

Para este propósito, continuaremos adotando programas de desenvolvimento da cadeia de fornecedores e de exigência de conteúdo local. Estimularemos a modernização do parque fabril. Avançaremos na desburocratização de processos e procedimentos nos negócios, incluindo ampla simplificação tributária, e na redução de custos financeiros e de insumos. Investiremos na formação educacional de nossa mão-de-obra. A combinação desses instrumentos deverá resultar em relevante incremento na produtividade industrial brasileira.

A implantação das **PLATAFORMAS DO CONHECIMENTO** será uma das estratégias para acelerar a geração de inovação no Brasil. Elas preveem a criação de um ecossistema de inovação, no qual a interação entre cientistas, instituições de pesquisa e empresas permitirá, para áreas estratégicas ao desenvolvimento, permitirá acelerar a produção de conhecimento e sua transformação em produtos e processos inovadores, fundamental para o crescimento de competitividade de nossa economia.

Para assegurar **MAIOR EFETIVIDADE DA POLÍTICA AMBIENTAL,** fortaleceremos a coordenação intergovernamental, em âmbito nacional, de modo a somar os esforços da União àqueles dos Estados

e municípios, em especial nas áreas de licenciamento ambiental, recursos hídricos, mudança climática e florestas. As três instâncias de governo são protagonistas da política ambiental do país e a sinergia entre elas é fundamental para a qualificação de um projeto nacional de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Aprofundaremos o processo de **MODERNIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL** em curso com a regulamentação da Lei Complementar 140. A **SEGURANÇA HÍDRICA** será tratada com prioridade, mobilizando ações compartilhadas e concatenadas das três esferas de governo para que as necessidades múltiplas de uso da água – consumo humano, irrigação, hidroelétricas, pecuária e outros – sejam levadas em conta de forma racional e sustentável.

Manteremos nosso compromisso com a **REDUÇÃO DE EMISSÕES.** Para isto, daremos continuidade ao combate do desmatamento, em especial na Amazônia, e aceleraremos a implementação dos planos setoriais previstos no Plano Nacional de Mudança Climática. O Brasil se engajará fortemente nas **NEGOCIAÇÕES CLIMÁTICAS INTERNACIONAIS** que terão lugar em 2015, para que seus interesses sejam contemplados no processo de estabelecimento dos parâmetros globais.

Aceleraremos a implementação do **CADASTRO AMBIENTAL RURAL** – peça fundamental do novo Código Florestal – , que envolve a integração entre o Governo Federal e as administrações estaduais. Nosso compromisso é apoiar todos os proprietários rurais para que, no prazo definido por lei, tenham a situação de suas propriedades regularizada.

Fortaleceremos a reestruturação produtiva em direção à **ECONOMIA DE BAIXO CARBONO** e a aposta no uso de recursos naturais como a melhor forma de sua preservação, em especial pelas populações tradicionais que ocupam regiões importantes do ponto de vista da biodiversidade.

★

O novo ciclo de desenvolvimento proposto para o segundo mandato da presidenta Dilma deverá ser lastreado pela Educação. Depois de um período prolongado de democratização do acesso a todos os níveis de ensino, inclusive o técnico e o universitário, chega-se agora à etapa de **TRANSFORMAÇÃO DA QUALIDADE DO ENSINO.**

A proposta de investir fortemente na qualidade da Educação e, ao mesmo tempo, ampliar cada vez mais o acesso ao ensino, em todos os níveis – desde as necessárias creches até os cursos mais especializados–, manterá esse setor da vida pública como **O RESPONSÁVEL PELO ÊXITO DAS METAS DE VÁRIAS OUTRAS ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.** Vai dar solidez à posição social dos brasileiros que subiram na escala social e estão hoje em posição melhor que a de origem. Continuará a dar chances de ascensão àqueles que ainda permanecem pobres e vai garantir mão de obra na quantidade e qualidade necessárias para sustentar o crescimento do país. Cada vez mais, deverá ser ampliada a produção da Ciência, da Tecnologia e da Inovação necessárias para que o Brasil ingresse efetivamente numa sociedade do conhecimento.

Para essa grande transformação na realidade educacional do Brasil, o governo tomou a iniciativa de destinar os recursos originários da exploração do petróleo, no pré e no pós-sal, para as ações nessa área. No novo governo de Dilma, estarão gradativamente disponíveis para a Educação 75% dos royalties do petróleo e 50% dos excedentes em óleo do pré-sal.

Somados ao orçamento da Educação, que teve considerável aumento em doze anos, os recursos provenientes da comercialização do petróleo oriundo do pré-sal vão tornar realidade o Plano Nacional de Educação (PNE), que o Governo Dilma aprovou sem vetos.

★

Vamos continuar ampliando o atendimento em creches para **UNIVERSALIZAR A EDUCAÇÃO INFANTIL DE 4 A 5 ANOS ATÉ 2016.** Vamos continuar ampliando e qualificando a **REDE DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL,** de forma que ela atinja até 20% da rede pública, até 2018. Vamos garantir, com o PRONATEC, a formação plena da juventude brasileira, com acesso ao conhecimento científico e tecnológico, por meio de um **PACTO NACIONAL PELA MELHORIA DE QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO,** até 2016. Vamos conceder, no período 2015-2018, mais 100 mil bolsas do Ciência sem Fronteiras. Vamos fazer uma mudança curricular e na gestão das escolas. Vamos enfrentar o desafio de valorizar o professor, com melhores salários e melhor formação.

A política de mudança na qualidade do **EMPREGO** também terá forte apoio da educação. A criação de mais 12 milhões de vagas para cursos técnicos até 2015, na segunda fase do Pronatec-2, opera no sentido de qualificar trabalhadores.

Neste novo ciclo histórico, realizaremos as reformas fundamentais para que o nosso país se torne desenvolvido e mais justo. Reformas que só se tornaram possíveis depois desses 12 anos de crescimento econômico com distribuição de renda e inclusão social.

Para nós é urgente e necessária uma ampla e profunda **REFORMA POLÍTICA** cujo objetivo é resolver as distorções do nosso sistema representativo. Para assegurá-la será imprescindível a participação popular, por meio de um plebiscito que defina a posição majoritária sobre os principais temas. Para nós, valores e representatividade são temas que, aliados ao combate sem tréguas à corrupção, devem fazer parte da urgente transformação do sistema político e eleitoral brasileiro.

Sem dúvida, melhorar a representatividade política, aprimorar o sistema eleitoral, tornar a política mais

transparente são as respostas mais evidentes que podemos dar a essa questão. Precisamos oxigenar o nosso sistema eleitoral, definindo regras claras de financiamento. O cidadão deve ter mecanismos de controle mais abrangentes sobre os seus representantes bem como mais espaços para participar das decisões do governo em todos os níveis. Mais ética, mais democracia, mais oportunidade de participar e ser ouvido. Este é um dos clamores de todos os cidadãos no Brasil e também pelo mundo a fora.

Essa nova etapa de mudanças institucionais reforça as implementadas nos outros três mandatos de governos do PT e de seus aliados : a criação na sua configuração atual da Controladoria Geral da União – CGU; a criação do Portal da Transparência, que facilita o acompanhamento de políticas públicas pela sociedade; a afirmação da Polícia federal como uma polícia de Estado, autônoma e republicana, que não persegue inimigos ou protege amigos; a edição da Lei de acesso à informação; a institucionalização de um organismo com o objetivo de traçar políticas e formular propostas unificadas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, - a Estratégia Nacional de Combate a Corrupção e Lavagem de Dinheiro – ENCCLA; a nomeação de Procuradores da República que garantiram, de fato, a plena autonomia funcional ao Ministério Público Federal; a instituição da Comissão da Verdade, que exerce o papel histórico de resgatar a memória dos brasileiros que lutaram contra a ditadura militar.

No segundo Governo Dilma vamos ampliar as medidas já tomadas ao longo destes anos. Devemos propiciar a criação de mecanismos que transfiram estas conquistas institucionais também para o âmbito de estados e municípios. Por meio do Governo Digital, vamos utilizar cada vez mais a internet para que o cidadão acompanhe, com facilidade e transparência, a destinação dos recursos públicos.

Combater a impunidade de corruptores e corruptos, por meio de mudanças na nossa legislação,

especialmente por meio de uma reforma de nosso processo penal, é uma meta que teremos forte empenho em cumprir. Estruturar ainda mais e ampliar a eficiência dos órgãos públicos que têm por competência o enfrentamento e a investigação da improbidade e o desvio de recursos é um compromisso que continuaremos a manter permanentemente com a sociedade brasileira, independentemente dos interesses políticos e econômicos que possam vir a ser afetados.

Para mudar ainda mais o Brasil, propomos enfrentar o desafio da realização de uma **REFORMA FEDERATIVA** que defina melhor as atribuições dos entes federados – União, Estados e Municípios. Essa reforma é necessária para conferir maior agilidade e qualidade aos serviços públicos prestados hoje, em especial para aqueles sob responsabilidade de mais de um dos entes federados. Buscaremos a construção de uma federação mais cooperativa, evitando a sobreposição de funções que possa retardar, encarecer e retalhar programas de atenção à população.

A reforma federativa e a reforma dos serviços públicos são complementares e se confundem. Precisam ser realizadas juntas, para aumentar a efetividade e eficiência das políticas públicas, maximizar os seus efeitos e reduzir a relação entre o custo e o benefício dos serviços.

No âmbito desta reforma, caberá enfrentar o debate sobre a estrutura tributária nacional tão importante para os rumos de nosso desenvolvimento.

A **REFORMA URBANA** pretende melhorar a qualidade de vida da população urbana, que hoje representa 81% dos brasileiros. Essa reforma enfrentará o desafio de equacionar o déficit habitacional, a questão da mobilidade urbana, do saneamento e da segurança pública. Para continuar ampliando o MCMV, precisamos garantir a oferta, nas grandes cidades, dos espaços necessários para a construção

da casa própria. Os investimentos em mobilidade urbana buscarão assegurar transporte público rápido, seguro e eficiente. Vamos perseguir a **UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO,** com destaque para a universalização do abastecimento da água tratada e a expansão em todo o território nacional do esgotamento sanitário e do seu tratamento.

Na **SEGURANÇA PÚBLICA,** a política do governo Dilma será ampliar a presença do Estado em territórios vulneráveis, por meio do incentivo à adesão dos Estados ao Programa Brasil Seguro e ao Programa Crack, é Possível Vencer. Está prevista também a criação da Academia Nacional de Segurança Pública, para formação conjunta das polícias, formulação e difusão de procedimentos operacionais padronizados e formação de analistas. Fortaleceremos ainda mais as ações de combate às organizações criminosas e à lavagem de dinheiro e as ações de controle das fronteiras. Daremos continuidade ao processo da integração das instituições de segurança pública no País.

O segundo governo Dilma buscará também promover um **NOVO CICLO DE AVANÇOS INSTITUCIONAIS,** destinado a eliminar os gargalos historicamente impostos às formas de representação política e ao acesso democrático a direitos de toda a população. **AMPLIAR A DEMOCRACIA POLÍTICA** é um objetivo que anda junto com o compromisso de aumentar cada vez mais a democracia econômica – a distribuição de renda e a eliminação da pobreza.

Além das medidas que serão tomadas de aprofundamento da democracia, soma-se o **SISTEMA NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO POPULAR,** que terá a função de consolidar as formas de participação colocadas em prática nos governos Lula e Dilma e institucionalizá-las. A proposta é transformar a participação popular em uma cultura de gestão e as novas tecnologias permitem ampliar e estimular o debate

da população. As instâncias de participação não são conflitantes com as atribuições do Poder Legislativo. Elas são espaços de debate que não interferem com nenhuma das atribuições institucionais dos poderes da República. São importantes porque o Brasil precisa sempre de mais, e nunca menos democracia.

Ainda no elenco de desafios institucionais, a luta pelos **DIREITOS HUMANOS** se mantém, sempre, como prioridade, até que não existam mais brasileiros tratados de forma vil ou degradante, ou discriminados por raça, cor, credo, orientação sexual ou identidade de gênero.

Mais empoderamento, autonomia e violência zero serão as diretrizes das nossas políticas para as mulheres no próximo período da Presidenta Dilma. A implementação da Casa da Mulher Brasileira será decisiva para este objetivo, assim como as medidas de promoção da igualdade.

A luta contra a discriminação e a promoção da igualdade racial continuarão a ser tarefas prioritárias do nosso governo. Temos o desafio de tornar realidade a Lei de Cotas no serviço público federal, sancionada em junho de 2014, garantindo-lhe a mesma efetividade já alcançada pela lei de cotas nas universidades públicas. De especial importância para o futuro de nosso Brasil é o enfrentamento da violência contra jovens negros e para isso fortaleceremos e ampliaremos o Programa Juventude Viva.

A continuidade da implementação do Viver sem Limite irá garantir igualdade de oportunidades aos brasileiros e brasileiras com deficiência, com ações de acesso à educação, atenção à saúde, inclusão social e acessibilidade.

Na área de **INFRAESTRUTURA,** aos enormes avanços obtidos a partir de 2003, a candidata Dilma propõe ao país outro salto de qualidade, necessário para que o país consolide o seu desenvolvimento e consiga interiorizá-lo – ou seja, atuar para reduzir radicalmente e estruturalmente as desigualdades regionais.

Será necessário dar prioridade aos modais ferroviários, hidroviários e à navegação de cabotagem, reduzindo os gargalos existentes e implantando novas redes logísticas em eixos nacionais e regionais para o escoamento da produção e a circulação de pessoas. Ao mesmo tempo devemos dar continuidade ao processo de modernização e ampliação da capacidade das rodovias, dos portos e aeroportos.

Implementaremos também novas medidas institucionais que potencializem ainda mais o investimento público-privado. Seguiremos aprimorando os modelos de regulação, estimulando o mercado privado de crédito de longo prazo e o desenvolvimento de instrumentos de garantias para financiamento de projetos de grande vulto.

No setor de **ENERGIA,** o Brasil continuará o processo de expansão do seu parque gerador e transmissor para garantir a segurança do suprimento e a modicidade tarifária. Essa expansão ocorrerá de forma a manter a qualidade de nossa matriz energética, baseada em hidroelétricas e termoelétricas, fontes renováveis limpas e de baixa emissão de carbono, e complementada por fontes alternativas, como a eólica, a solar e a originária da biomassa. Terá sequência prioritária a ampliação e modernização do parque instalado de transmissão de energia.

Vamos promover a **UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO A UM SERVIÇO DE INTERNET** barato, rápido e seguro. Para isso, será necessária a expansão da infraestrutura de fibras óticas e equipamentos de última geração, bem como o uso da Internet como ferramenta de educação, lazer e instrumento de participação popular, em especial nas decisões do governo. Vamos continuar implementando o Marco Civil da internet, que é um dos mais avançados do mundo. Nosso Marco Civil dá aos usuários garantias fundamentais como a liberdade de expressão, o respeito aos direitos humanos e à privacidade do

cidadãos, assegurando a neutralidade da rede frente a interesses comerciais ou de qualquer espécie. O objetivo do Marco Civil é fazer com que a Internet continue sendo um espaço aberto à liberdade de expressão, à inovação e ao desenvolvimento social e econômico.

Daremos continuidade ao esforço de investimento em **SEGURANÇA HÍDRICA** para avançar ainda mais na garantia de oferta de água com qualidade e regularidade em regiões historicamente carentes desse recurso. Será também dedicado todo empenho ao desenvolvimento da tecnologia necessária para levar o Programa Luz para Todos para localidades isoladas, com meta de 137 mil ligações entre 2015 e 2018.

Neste novo ciclo, avançaremos a partir de uma conquista extraordinária – a superação da extrema pobreza no Brasil.

Persistiremos, no segundo mandato da Presidenta Dilma, guiando nossas ações pelo compromisso de que “o fim da miséria é só um começo”. Vamos perseguir metas ainda mais ousadas, para consolidar e ampliar os ganhos obtidos. Queremos garantir que as famílias tiradas da extrema pobreza não voltem a ela. Que superem também a pobreza, como milhões já têm feito, melhorando suas condições de vida e encontrando um país de oportunidades para todos!

Sabemos que dar oportunidade real implica em ajudar a quebrar as barreiras de acesso geradas por séculos de exclusão. Por isto, ampliaremos o conceito de BUSCA ATIVA.

É com essa diretriz que o segundo governo Dilma vai continuar incluindo as famílias mais pobres nos programas sociais. Por este conceito - o Estado vai aonde os pobres estão -, tão bem sucedido no primeiro mandato da Presidenta Dilma, será consolidada nessa próxima fase uma das faces necessárias de uma efetiva Reforma do Estado, colocando-o a serviço dos que mais precisam.

★

O projeto para **MUDAR O PATAMAR DE QUALIDADE E A AMPLITUDE DE ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE** prevê, no segundo mandato da presidenta: a expansão do Programa Mais Médicos; a ampliação da rede de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) destinadas ao atendimento de emergências de baixa e média gravidade; a extensão das redes de atendimento especializado, com a qualificação dos serviços hospitalares; o fortalecimento e a universalização do SAMU e a ampliação do acesso da população a medicamentos.

A melhoria no atendimento e o aumento da rede de saúde exigirão uma **REDISCUSSÃO FEDERATIVA,** que terá o poder de evitar superposição de investimentos e de planejar com mais eficiência a distribuição dos serviços de saúde públicos.

O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) É, HOJE, A MAIOR REDE DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNDO, e tem cumprido um importante papel na universalização do acesso. Reafirmamos nosso compromisso com seu contínuo fortalecimento e aprimoramento, necessário devido a seu tamanho, à extensão dos serviços envolvidos e às sobreposições de atribuições entre os entes federativos.

Os governos do PT investiram muito em esporte e cultura, implementando políticas que se tornaram instrumentos de inclusão social e desenvolvimento econômico. Pela primeira vez a cultura e o esporte foram concebidos como programas de Estado, fomentando o mercado de trabalho e as potencialidades do nosso povo.

No segundo governo Dilma, avançaremos ainda mais na Cultura e no Esporte, aprofundado os programas já estruturados e desenvolvidos em parcerias com os municípios, estados e sociedade civil. O Sistema Nacional de Cultura continuará sendo fortalecido, assim como todas as políticas públicas integradas

decorrentes da sua criação. A adoção de medidas para a aceleração da implantação do Vale Cultura ajudará a criar uma nova geração de consumidores culturais, favorecendo e estimulando a produção nacional. A implantação e o fortalecimento do apoio aos Centros de Artes e Esportes Unificados e aos Pontos de Cultura propiciarão espaços comunitários para a expressão cultural plena dos cidadãos. Com o Brasil de Todas as Telas, vamos fortalecer ainda mais a indústria audiovisual brasileira. Vale destacar o fortalecimento dos programas em parceria com a educação para que a cultura seja um potente instrumento de inclusão social e desenvolvimento da cidadania.

O esporte cada vez mais tem se tornado uma política pública com potencial para gerar riquezas, empregos e com muita capacidade de mobilizar nossas crianças, adolescentes e jovens como caminho complementar na construção de oportunidades. Desenvolver um sistema nacional de esportes que integre as políticas públicas entre os entes federados é prioridade. É urgente modernizar a organização e as relações do futebol, por exemplo, nosso esporte mais popular.

A organização e a realização da Copa do Mundo demonstram que o Brasil está preparado para sediar grandes eventos esportivos, culturais, de integração econômica, ou qualquer outra atividade de mobilização internacional. A Copa das Copas antecipou investimentos urbanos, modernizou nossa infraestrutura esportiva, gerou investimentos em aeroportos e receptivos para o turismo. A realização da Copa do Mundo no Brasil é a vitória política de um país que tem vencido a crise econômica internacional com geração de empregos e distribuição de renda, é a vitória de um país que hoje é respeitado internacionalmente, é vitória da confiança na capacidade do povo brasileiro e a derrota do pessimismo. Em 2016, sediaremos as Olimpíadas, evento que fará com que, mais uma vez, os olhos do Mundo se

voltem para o Brasil. Na área de esportes, este será, certamente, o maior desafio nos próximos anos.

Além dos investimentos na organização dos Jogos e na infraestrutura de equipamentos olímpicos, assumimos, em parceria com o Comitê Olímpico Brasileiro e o Comitê Paraolímpico Brasileiro, o desafio de proporcionar condições para que o Brasil figure, em 2016, entre os dez primeiros colocados nos Jogos Olímpicos e entre os cinco primeiros nos Jogos Paraolímpicos. Para isto, estamos implementando o Plano Brasil Medalhas 2016 que, com investimentos de R$ 1 bilhão, estimulará 21 modalidades olímpicas e 15 paraolímpicas no ciclo olímpico de 2013 a 2016.

Garantir a plena execução do Plano Brasil Medalhas será uma de nossas prioridades no próximo mandato. Também daremos continuidade aos investimentos para construção dos Centros de Formação Olímpica em todo o Brasil, inclusive o Centro Paraolímpico Brasileiro, em São Paulo, que será referência para a América Latina e garantirá a nossos atletas paraolímpicos uma infraestrutura de preparação à altura da sua excelência.

Daremos continuidade ao Bolsa Atleta, auxílio financeiro que permite a nossos jovens atletas se dedicarem com afinco à sua formação e aprimoramento técnico. Avançaremos também na construção de 285 unidades dos Centros de Iniciação ao Esporte (CIE) em 163 municípios de todos os Estados e no Distrito Federal. Estes centros propiciarão infraestrutura adequada ao surgimento dos futuros talentos esportivos brasileiros, e elevarão a um novo patamar as condições e a estrutura para a prática dos mais diversos esportes em nosso País.

Junto à reconstrução das políticas econômicas e sociais, os Governos Lula e Dilma tiveram de realizar uma profunda mudança na presença do Brasil no mundo. O segundo governo Dilma dará continuidade

a esse processo, em sintonia com as transformações pelas quais vem passando a cena internacional.

A prioridade à América do Sul, América Latina e Caribe se traduzirá no empenho em fortalecer o MERCOSUL, a UNASUL e a Comunidade dos Países da América Latina e Caribe (CELAC), sem discriminação de ordem ideológica. O Brasil buscará antes de tudo a integração da região, por meio do fomento do comércio e da integração produtiva. Para tanto, dará ênfase especial à integração financeira e de suas infraestruturas física e energética. As transformações econômicas, sociais e políticas dos últimos anos em nosso continente habilitam a região a ser um importante ator no mundo multipolar que hoje se está desenhando.

Da mesma forma será dada ênfase a nossas relações com a África, com os países asiáticos - - a China é nosso principal parceiro comercial - e com o mundo árabe. A importância dada aos países do SUL do mundo, que têm expressão concreta nos BRICS, não significa desconsiderar os países desenvolvidos. Bem ao contrário, é de grande relevância nosso relacionamento com os Estados Unidos, por sua importância econômica, política científica e tecnológica, sem falar no volume de nosso comércio bilateral. Critério semelhante é válido para nossas relações com a União Europeia e com o Japão.

Nossa presença no mundo será marcada pela defesa da democracia, pelo princípio de não-intervenção e respeito à soberania das nações, pela luta pela paz e pela solução negociada dos conflitos, pela defesa dos Direitos Humanos, pelo combate à pobreza e às desigualdades, pela preservação do meio-ambiente e pelo multilateralismo. Queremos construir igualmente mecanismos que protejam todas as formas de comunicação – a internet, em particular – assegurando a privacidade da cidadania, das empresas e dos Governos.

A prioridade que conferimos a uma visão multilateral do mundo nos conduz e conduzirá a lutar pela reforma

dos principais organismos internacionais, como a ONU, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, entre outros, cuja governança hoje não reflete a atual correlação de forças global.

A política externa tem sido e continuará sendo mais do que um instrumento de projeção do Brasil no mundo. Trata-se de um elemento fundamental de nosso projeto de nação.

O segundo governo Dilma vai ter uma grande oportunidade: a de completar um segundo ciclo de mudanças, findo o qual o Brasil terá produzido uma ruptura sem volta à estrutura tradicional da sociedade brasileira, a um passado cujas bases foram assentadas em desigualdade, crescimento econômico condicionado aos interesses das elites tradicionais – e fundamentalmente excludente – e uma indiferença enorme em relação a uma situação até então imutável de miséria que vitimou adultos e crianças ao longo de séculos. Há doze anos, o PT propôs à sociedade um novo Brasil, mais justo, mais humano e mais desenvolvido. Agora, a Presidenta Dilma disputa mais um mandato, com a certeza de que pode mudar em definitivo a história do Brasil.

No novo patamar proposto para um Brasil que já se renovou muito, vamos criar as condições para que o país deixe para trás esse passado de desigualdades e exclusões e cuide, com paixão e desvelo, das crianças, jovens e adultos, para que todos vivam num país cheio de oportunidades. Para tornar-se, enfim, um país desenvolvido.

★

PROGRAMA

DE GOVERNO

DILMA ROUSSEFF

- 2014 -